

IDEIAS E EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL E SUAS REPERCUSSÕES

Renato Leão Rego (UEM)

Gislaine Elizete Beloto (UEM)

RESUMO GERAL

A historiografia do planejamento territorial e regional no Brasil registra três vertentes conceituais, por vezes sobrepostas, que foram a base das propostas de organização do território: (1) a região natural como matriz do desenvolvimento; (2) a região como base territorial para o desencadeamento de uma organização hierarquizada dos núcleos urbanos; e (3) a região como área de abrangência resultante de polos de desenvolvimento estrategicamente locados. Adotando a região como porção do território naturalmente delimitada e matriz do desenvolvimento, o plano econômico para o Vale do São Francisco (1948) e a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (1951) resultaram das primeiras proposições de planejamento regional no Brasil, referenciadas no planejamento norte-americano, em particular aquele desenvolvido pela Tennessee Valley Authority (TVA). Dentre os planos que tomavam a região como base territorial, pode-se destacar aqueles que se aproximam conceitualmente da ideia de descentralização da metrópole, ou seja, propostas de arranjos territoriais baseadas em cidades satélites, desdobramento da ideia howardiana de cidade jardim. O plano para Recife (1951) partia da constituição de uma cidade regional através da organização hierárquica e descentralizada da cidade existente. A expansão controlada e limitada era prevista sob a forma de cidades satélites autossuficientes, tal como foi aventada a expansão do Plano Piloto de Brasília (1957) pelo júri do concurso, especificamente nas declarações de William Holford, para quem, a partir de uma “cidade-mãe” de crescimento limitado, cidades satélites deveriam ser implantadas para descentralizar Brasília e criar núcleos de apoio econômico. Em sentido similar, a ideia de cidades satélites norteou a ocupação sistematizada da região norte do estado do Paraná, com uma estrutura urbana polinucleada formada a partir de um eixo rodoferroviário; e o plano de ocupação ao longo da Transamazônica empreendido pelo INCRA no início da década de 1970 também revelou a repercussão das ideias de descentralização e hierarquia na organização do território. Com a preponderância das questões econômicas sobre aquelas de cunho social e territorial na conformação de políticas e planos para o desenvolvimento regional nos anos 1960, a cidade como lócus da produção industrial tornou-se a chave da organização do território regional, a partir da teoria dos polos de desenvolvimento. Por vezes, a narrativa econômica se baseava

na perspectiva da interiorização do desenvolvimento em nível estadual, de modo que a organização territorial era dada pela articulação entre cidades-polos regionais e vetores de produção, como no caso do estado de São Paulo. Polos e eixos de desenvolvimento compuseram o arranjo econômico e territorial no estado do Paraná, onde sucessivos planos estaduais propuseram a integração do território com a interligação entre cidades polos regionais e a capital Curitiba. Diante do exposto, o objetivo desta sessão é discutir o planejamento regional no Brasil do século XX e suas repercussões na dinâmica das cidades envolvidas, a partir de estudos de caso. Ao considerar a formulação original das respectivas noções de planejamento regional e a sua aplicação no contexto brasileiro, espera-se que o diálogo entre pesquisadores e a aproximação dos casos apresentados revele afinidades, divergências, potencialidades e conflitos e promova o entendimento do impacto do planejamento regional na forma e no crescimento das cidades nele envolvidas.

POR UMA NOVA ESCALA DE ABRANGÊNCIA DO PLANEJAMENTO: O URBANO-REGIONAL

Jeferson Tavares (IAU – USP)

A propagação do planejamento regional em âmbito nacional por matrizes e referências internacionais (polos de crescimento, de F. Perroux; metrópoles regionais, de M. Rochefort, ambas introduzidas no Brasil nos anos 1960) constituíram arcabouço teórico com extensa e contraditória reverberação territorial. No estado de São Paulo, a confluência desses referenciais a uma política econômica de privilégios à industrialização resultou na constituição da Região dos Vetores Produtivos, uma extensa área de contínua incidência de ações planejadoras e recursos públicos e privados que foi estruturada pelos polos urbanos e pelos eixos de desenvolvimento, ao longo do século XX. Atualmente, essa Região caracteriza-se por intensa atividade produtiva, mas também por uma rede urbana de consolidadas influências recíprocas articuladas pela capital São Paulo. As transformações de trabalho pós-reestruturação produtiva que incidiram sobre o território nacional e principalmente no estado de São Paulo reescalaram as relações sociais que encontraram nessa rede urbana integrada uma alternativa à tradicional organização centro-periferia. Diante dessas transformações, nosso objetivo é identificar teorias e debater a possibilidade de uma nova abrangência do planejamento tendo como ponto de partida as confluências e contradições históricas da organização territorial brasileira, e em especial paulista, decorrente das ações planejadoras difundidas no século XX no âmbito regional.

A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS EM PLANEJAMENTO REGIONAL E A CONCEPÇÃO DAS CIDADES-SATÉLITES DE BRASÍLIA.

Maria Fernanda Derntl (FAU e PPG-HIS, UnB)

Um dos tópicos recorrentes da crítica à Brasília foi a inexistência de um planejamento regional, entendido como planejamento para inseri-la nos territórios de Goiás e do recém-criado Distrito Federal. Sem pretender questionar por completo essa crítica, esta comunicação mostra, porém, que houve uma significativa preocupação no sentido de conceber a

articulação da nova capital a sua região e definir modos de ocupação do território. Para isso, retomam-se fontes primárias de natureza diversa elaboradas na primeira década de construção de Brasília – sobretudo registros da Novacap, mapas e planos urbanísticos – com intuito de identificar diretrizes e instrumentos de ordenação territorial ali expressos. A análise concentra-se na concepção de núcleos situados nos arredores do Plano Piloto – as chamadas cidades-satélites – buscando estabelecer relações com um ideário internacional então em voga no campo do planejamento urbano e regional.

SOBRE PLANOS E CIDADES REGIONAIS: PARTE DA HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO PARANAENSE

Gislaine Elizete Beloto (UEM)

No estado do Paraná, a década de 1970 foi profícua na elaboração de planos de desenvolvimento da rede urbana e de organização do território. Tendo como base a industrialização e o estabelecimento de centros de polarização, as propostas que foram sendo detalhadas ao longo dos quatro planos estaduais agregavam à teoria dos *polos de desenvolvimento* de François Perroux a especificidade da experiência francesa das *metrópoles d'équilibre*. Este trabalho demonstra os modelos conceituais de organização do território presentes em tais planos e revive uma das propostas singulares no planejamento urbano e regional brasileiro: a criação de uma metrópole linear no norte do estado do Paraná (1979). A partir disso, o objetivo é avançar nas discussões sobre cidades regionais mediante planos e propostas de crescimento urbano, verificando as permanências que conduziram a tais conformações urbano-regionais.

IDEIAS ITINERANTES DE PLANEJAMENTO REGIONAL, SEUS DESDOBRAMENTOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX NA ÁFRICA DO SUL E ELEMENTOS DE COMPARAÇÃO COM A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Alan Mabin (School of Architecture and Planning, University of the Witwatersrand, Johannesburg)

Na África do Sul, a ideia de que todo desenvolvimento urbano ‘precisava’ ser tratado por meio de uma lente regional tem uma longa história. O planejamento regional teve resultados semelhantes no Brasil da segunda metade do século XX. O planejamento em escala regional e urbana surgiu de noções modernistas, importadas de outros continentes. O planejamento regional para novas cidades vinculou abordagens de descentralização, relacionadas à industrialização de substituição de importações e ao novo desenvolvimento de mineração. O apartheid após 1950 significou o planejamento de uma segregação racial modernizada e abrangente, baseada em noções de desenvolvimento regional. O Orange River Project dos anos 1960, um esquema para a maior bacia hidrográfica do país, foi baseado em ideias de desenvolvimento regional formadas nos EUA. O governo nacional assumiu o planejamento metropolitano por meio de um novo Departamento de Planejamento na

década de 1970, e seu 'Plano Guia' foi construído de maneira regional. Como o apartheid desmoronou nos anos 80, mais ou menos paralelamente ao fim da ditadura militar no Brasil, algumas das ideias de planejamento regional podem ser reconhecidas; com o fim do antigo regime, os aspectos racistas do planejamento se dissiparam, mas as abordagens de planejamento regional mais antigas persistiram.

CIDADES NOVAS E A NOÇÃO DE REGIÃO URBANA

Renato Leão Rego (UEM)

A noção britânica de região urbana, corolário do ideário *garden city*, repercutiu no planejamento de conjuntos de cidades novas criadas no Brasil do século XX. Mais especificamente, a ideia de cidades satélites, com suas características hierarquização, proximidade e conectividade urbanas e interação com o campo, moldou esquemas de colonização – privada no norte do Paraná e de Mato Grosso e estatal no Pará, ao longo da rodovia Transamazônica. Implementados em diferentes situações históricas e geográficas, estes três esquemas de colonização apresentam aspectos em comum no planejamento integrado de áreas urbanas e rurais e na relação entre as cidades *ex-novo* propostas. Este trabalho aproxima os três esquemas de colonização e analisa as respectivas redes urbanas, contextualizando condicionantes, impactos e configuração.